



APRESENTAÇÃO

Naira Pinheiro dos Santos

A Mandrágora chega ao seu 30º. ano de existência desafiando cânones e fazendo ecoar as vozes femininas, feministas no campo religioso, mesmo naqueles temas ainda pouco explorados, como é o caso do budismo, contemplado com um dossiê na última edição de 2023. O fato de ser ainda pouco debatido no Brasil nos levou a propor um segundo dossiê na presente edição. Os artigos do dossiê *Gênero e Justiça Social nas Tradições Budistas*, coordenado por Fernanda Marina Feitosa Coelho e Patricia Guernelli Palazzo Tsai contemplam análises de múltiplos aspectos e formas pelas quais questões de justiça social e de gênero atravessam as tradições budistas, articulando raça, sexo, sexualidade em perspectiva interseccional.

Com efeito, a articulação de desigualdades de classe, raciais e sexuais com as desigualdades de gênero sempre se fizeram presentes de alguma maneira na história humana. Ela pode ser observada nas religiões, pois, dependendo do seu lugar na escala social, estas foram e são ainda frequentemente mobilizadas na legitimação e sacralização da ordem social hegemônica. No entanto, mesmo aí, o protagonismo feminino e as lutas das mulheres por autonomia também constitui uma realidade histórica e presente, de tal modo que, mesmo diante do patriarcalismo, heterossexismo e misoginia, verifica-se certa fluidez das práticas e representações sociais de gênero. Mesmo em contextos religiosos, estas refluem, avançam, modificam-se ao longo do tempo e segundo o momento histórico e o lugar geográfico, reconfigurando as relações.

Tal dinâmica transparece nos artigos tanto do dossiê quanto nos artigos avulsos, a começar pela apurada pesquisa de Lidice Meyer Pinto Ribeiro. No seu artigo intitulado *Os livros deuterocanônicos/apócrifos e a liderança feminina na igreja*, Lidice Meyer Pinto Ribeiro trata de estabele-



cer como a decisão de manter ou eliminar dos livros deuterocanônicos/apócrifos nos diversos cânones bíblicos adotados influenciaram e influenciam a percepção acerca das mulheres, assim como na aceitação ou não de liderança feminina nas diversas igrejas cristãs. A autora argumenta que, através dos livros deuterocanônicos/apócrifos, as histórias das mulheres, tanto as nomeadas quanto as anônimas, se faziam conhecidas e eram “capazes de influenciar as percepções das comunidades sobre o papel e atuação da mulher”, constituindo “fonte de inspiração para muitas das doutrinas da Igreja”. Ela destaca a influência do contexto geográfico e social na produção e seleção dos escritos: os das “áreas de diáspora judaica demonstram uma posição mais positiva em relação à mulher, enquanto os textos com origem na Palestina são claramente mais conservadores”. Conclui que, para além de padrões dogmáticos, a existência de um viés político-cultural no desenvolvimento do cânon bíblico resultou “na diversidade de cânones existentes, cuja adoção se reflete diretamente na aceitação ou não de liderança feminina nas diversas igrejas cristãs”.

No artigo *A experiência vivida: a trajetória religiosa de mulheres sem religião pertencentes a coletivos feministas*, Renata Fernandes Maia de Andrade analisa a trajetória religiosa de oito mulheres sem religião e pertencentes a coletivos feministas, buscando identificar os fatores que concorreram para o seu afastamento das instituições religiosas, basicamente católicas. Obrigatoriedade de frequência, percepção da igreja como “um local hostil em que as mulheres não encontram refúgio e conforto”, sentimento de medo e de punição, proibições e, mesmo quando vista como espaço de afeto e socialização, a falta de sentido frente à nova realidade de vida, foram evocados pelas entrevistadas como elementos que as levaram a se afastarem da instituição religiosa. A autora aponta que, uma vez que são “marcadas por um mosaico de identidades – raça, orientação sexual, classe, papéis de gênero, história pessoal, local de nascimento – [...] uma religião com uma identidade única e imutável torna-se insuficiente” para abarcar a complexidade das suas identidades femininas plurais. Ela conclui que, se a desfiliação religiosa não significa ausência de religião por parte das entrevistadas, “os espaços de participação política e intelectual se tornaram mediadores na



revisão dos sentidos de suas vidas, bem como na análise crítica dos processos vividos, levando-as a se declararem como mulheres sem religião”.

Finalmente, no artigo *Reforma da saúde, alimentação e o cuidado de si no adventismo*, Luanna Fernanda da Cruz Bach trata de estabelecer a relação entre reforma da saúde e a importância que a alimentação e cuidados com o corpo ocupam nos princípios religiosos adventistas. A autora aponta que, não obstante sua aplicação não seja compulsória, o cuidado com a alimentação e com o corpo é tido como de suma importância pelos/as adventistas, dentro do meio religioso, mas também para além dele, fato que se evidencia pela criação de instituições de saúde adventistas e de transmissão de tais valores por meio de mídia impressa. A autora se propõe a analisar não apenas “como se configuram as noções de cuidado de si e cuidado com o corpo na mídia adventista”, mas também “sobre quem recai a responsabilidade da gestão desse cuidado – tanto no âmbito familiar e doméstico, como também no espaço público”. Ela conclui que o cuidado de si, para as mulheres adventistas, “estende-se obrigatoriamente às pessoas pelas quais a mesma é responsável. Deve-se cuidar de si para poder cuidar dos outros que dependem dela”.